



SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

O Partido Comunista Português apresenta no programa eleitoral a proposta de financiamento adequado do Serviço Nacional de Saúde, permitindo a utilização plena das suas potencialidades, quer através do total aproveitamento da capacidade instalada, quer do reforço com os recursos necessários para garantir a prestação de cuidados de saúde com elevados padrões de qualidade, proximidade e acessibilidade dos utentes.

As propostas do PCP contrariaram esta política de sistemático subfinanciamento que, em média nos últimos 10 anos, se traduziu em orçamentos com um défice de 11%. As consequências são a degradação dos cuidados prestados e a enorme dívida a fornecedores que impede uma gestão eficiente.

O argumento de que somos um país pobre e de que não há dinheiro é falso. Trata-se de uma opção política e ideológica de direita que visa destruir o Serviço Nacional de Saúde. Há dinheiro para sustentar o negócio financeiro das parcerias público privadas, há dinheiro da ADSE para sustentar os prestadores privados, há dinheiro para pagar milhões na compra de actividade privada pelo Serviço Nacional de Saúde e por fim, a opção de minimizar o financiamento da saúde no orçamento de estado, atribuindo-lhe 13% quando a média europeia é superior, com países a atingirem os 20%.

As propostas da CDU visam o combate à privatização da saúde e a responsabilização do estado por garantir um Serviço Nacional de Saúde universal e gratuito.

Contra esta situação vota na CDU

PCP-PEV



PS = PSD = CDS = NO ATAQUE AOS TRABALHADORES

1995 – PS – Ataque à liberdade de negociação, flexibilização dos horários e polivalência de funções.

2002-2004 - PSD e CDS - Durão Barroso e Paulo Portas atacam os salários e as carreiras dos trabalhadores da Administração Pública. Aumentam as privatizações e a concessão das funções sociais do estado a privados. Redução do valor do trabalho nocturno.

2005-2011 – PS - Redução da duração e dos valores do subsídio de desemprego. Introdução do banco de horas, trabalho intermitente, redução das indemnizações por despedimento, aumento de impostos sobre o rendimento dos trabalhadores, cortes no abono de família e na acção social escolar, cortes no subsídio de desemprego, cortes nos salários da administração pública, e no final a famosa assinatura do memorando entre o PS, PSD e CDS com a Troika, que aumentou e acelerou ainda mais a política de o saque aos trabalhadores.

2011-2015 - PSD e CDS - Passos Coelho e Paulo Portas cortam nos salários e pensões, no valor do trabalho extraordinário, aumentam o horário de trabalho na função pública, aumentam o tempo de trabalho elevando a idade da reforma e os dias de trabalho com o roubo de 4 feriados, diminuem o valor das indemnizações por despedimento. Mais cortes no subsídio de desemprego, de doença e no abono de família, cresce o desemprego e a precariedade laboral. Mascaram o desemprego com os estágios profissionais e a ocupação sem remuneração de desempregados. Aumento brutal de impostos sobre os rendimentos dos trabalhadores. Diminuem fortemente os impostos sobre o patronato das grandes empresas.

CDU – Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV



AS PROPOSTAS DA CDU

O Crescimento Económico e o Emprego são necessários num País onde o mais importante são as pessoas, o seu bem-estar e felicidade. O Crescimento Económico só é realizável com a valorização dos trabalhadores, pois são eles os verdadeiros geradores de riqueza no país. A CDU propõe opções estratégicas para o País atingir estes objectivos:

A Renegociação da Dívida nos Prazos, Juros e Montantes: nos últimos 5 anos a dívida pública passou de 83,6% do PIB para 130,2%. Este ano serão pagos apenas em juros - sem contar com o pagamento da dívida - 9 mil milhões de euros (valor superior ao do orçamento do Serviço Nacional de Saúde). A renegociação da dívida é pois fundamental para assegurar o direito a um desenvolvimento sustentável e soberano, que seja compatível com o crescimento económico.

Controlo Público de Sectores Estratégicos como a Energia e a Banca: Estes sectores são fundamentais para o desenvolvimento económico e só sobre o controlo público da banca será garantido o relançamento da economia pelo investimento apropriado à economia. O controlo das tarifas da energia porá fim à ganância da gestão privada.

O Desenvolvimento da Produção Nacional e a Reindustrialização do País: Pôr Portugal a produzir garantindo a exploração dos recursos do País - na agricultura, pescas, mineração, florestas - de modo a promover a indústria transformadora. O aumento da produção e dos salários e pensões sustentará o mercado interno. O aumento da produção de alimentos libertar-nos-á da actual enorme dependência do exterior

Uma Política Fiscal Justa: Uma política fiscal justa é sinónimo de uma distribuição justa da riqueza produzida. Preconizamos mais impostos para quem tem mais lucros e menos impostos para quem vive com dificuldades.

A valorização do trabalho e dos trabalhadores é a chave do desenvolvimento económico com progresso social. Para o conseguir é necessário:

- Criar postos de trabalho caminhando para o pleno emprego, condição essencial a uma vida digna de todos.
- Valorizar os salários, aumentando o poder de compra. Aumentar o Salário Mínimo Nacional para 600 euros no início de 2016.
- Combater a desregulação dos horários. Reduzir o horário de trabalho para o limite anterior, de modo a permitir a contratação de mais trabalhadores e ao mesmo tempo construir uma sociedade onde a vida pessoal seja compatível com o trabalho.
- Assegurar o direito à estabilidade e segurança no trabalho, combater a precariedade e a emigração forçada dos jovens.
- Assegurar o direito à negociação colectiva porque ela obriga o patronato a cumprir os acordos com os trabalhadores, defende-os da precariedade e da insegurança no trabalho.

No dia 4 de Outubro VOTA CDU!

TRABALHO • HONESTIDADE • COMPETÊNCIA

Gente séria!

soluções para um Portugal com futuro

cdu.pt

Jerónimo
de Sousa

CDU - Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV

